

BOLETIM MENSAL
DE
ACTIVIDADE ECONÓMICA

Abril de 2006

Índice

SELECÇÃO DE INDICADORES	<i>i</i>
1. Enquadramento internacional	1
2. Economia Nacional	3
3. Dinâmica sectorial	7
Secção Especial: O sector da Pasta e do Papel	9
4. Perspectiva regional	13
5. Competitividade	18
6. Agenda	
6.1. Iniciativas	22
6.2. Selecção de medidas legislativas	24
6.3. Em agenda	25

ANEXO ESTATÍSTICO

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Última atualização	Unidade	2004					2005				2006			
				IV TR 04	I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Indicador de Actividade Económica	INE	20-04-2006	VH, M3M	1,7	1,6	1,5	1,0	1,4		1,0	1,2	1,4	1,4	1,2	1,4	
Indicador Coincidente	BP	21-04-2006	VH	1,1	0,7	0,3	-0,1	-0,2		-0,2	-0,2	-0,2	-0,1	0,0	0,2	
Indicador de Clima Económico	INE	04-04-2006	SRE/M3M	-0,2	0,0	-0,3	-0,8	-0,5	-0,6	-0,8	-0,6	-0,6	-0,5	-0,6	-0,3	
Indicador Compósito Avançado	OCDE	07-04-2006	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	-	-	0,3	0,7	1,1	1,4	2,4	2,8	
Indicador de FBCF	INE	20-04-2006	VH, M3M	0,2	-1,2	-3,9	-3,2	-3,1		-3,2	-2,7	-2,7	-3,1	-4,0	-3,4	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	04-04-2006	VE/M3M	-36,2	-34,2	-33,6	-41,9	-41,0	-37,8	-41,9	-41,3	-41,0	-41,0	-41,2	-40,0	-37,8
Indicador de confiança na Indústria	INE	04-04-2006	VE/M3M	-10,3	-11,0	-10,2	-11,2	-8,2	-9,6	-11,2	-8,2	-7,8	-8,2	-9,3	-9,1	-9,6
Indicador de confiança na Construção	INE	04-04-2006	VE/M3M	-44,5	-42,0	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-41,7	-43,7	-45,5	-46,2	-47,0	-46,7	-46,0
Indicador de confiança no Comércio	INE	04-04-2006	VE/M3M	-7,2	-6,6	-7,6	-13,2	-10,3	-8,3	-13,2	-12,3	-12,0	-10,3	-8,5	-6,4	-8,3
Indicador de confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	04-04-2006	VE/M3M	-2,3	-0,3	2,6	-2,7	-6,0	-2,7	-2,7	-2,0	-5,2	-6,0	-6,3	-4,1	-2,7
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	04-04-2006	VH, M3M	3,2	0,6	1,7	1,2	1,1		1,2	3,2	1,6	1,1	2,5	2,6	
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	30-03-2006	VH, M3M	3,3	3,2	4,4	1,0	1,8		1,0	1,5	1,5	1,8	2,4	2,7	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	11-04-2006	VH, M3M	1,7	-0,8	0,0	-2,5	-2,4		-2,5	-0,2	-1,2	-2,4	-1,4	-1,3	
Índice de Produção Industrial - Total	INE	31-03-2006	VH/VCS	-4,8	-1,7	-0,5	0,8	2,4		0,3	1,1	0,2	5,7	2,3	-1,5	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	31-03-2006	VH/VCS	-3,5	-3,5	-2,7	-1,0	1,4		-0,4	0,4	-0,1	3,9	0,9	-1,1	
Preços no Consumidor (IHPC)	INE	17-04-2006	VM12	-	-	-	-	-	-	2,1	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2	2,3
Preços Consumidor (HPC) (zona Euro)	Eurostat	20-04-2006	VM12	-	-	-	-	-	-	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3
Saldos: Balança Corrente	BP	21-03-2006	10 ⁹ euros	-3 343	-3 492	-3 838	-2 539	-3 777		-9 869	-11 068	-12 364	-13 645	-1 065		
da qual: Mercadorias	BP	21-03-2006	10 ⁹ euros	-4 367	-3 867	-4 351	-4 019	-4 538		-10 835	-13 844	-15 198	-16 774	-1 215		
Viagens e Turismo	BP	21-03-2006	10 ⁹ euros	876	546	918	1 587	851		2 610	3 438	3 655	3 902	160		
Balança de Capital	BP	21-03-2006	10 ⁹ euros	913	314	279	372	773		791	1 199	1 345	1 740	331		

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Última Atualização	Unidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2004				2005			
										I TR 04	II TR 04	III TR 04	IV TR 04	I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05
PIBpm	INE	10-03-2006	Milhões euros	129 308	135 434	137 523	142 843	147 249	152 167	35 121	35 727	35 833	36 162	36 149	36 729	36 960	37 411
PIBpm	INE	10-03-2006	Milhões dólares	115 797	128 020	155 575	177 618	183 209	189 414	43 926	43 028	43 788	46 876	47 395	46 275	45 073	44 465
PIBpm	INE	10-03-2006	VH Real	2,0	0,8	-1,1	1,1	0,3		0,9	1,8	0,9	0,7	-0,1	0,4	0,4	0,7
PIBpm (Zona Euro)	Eurostat	12-04-2006	VH Real	3,7	1,0	0,7	1,8	1,4		1,6	2,1	1,8	1,6	1,2	1,2	1,6	1,8
Consumo Privado	INE	10-03-2006	VH Real	1,3	1,3	0,1	2,4	2,0		2,0	2,7	2,4	2,5	2,8	3,0	1,2	1,1
Consumo Público	INE	10-03-2006	VH Real	3,3	2,6	0,3	2,0	1,7		1,2	2,0	2,4	2,4	2,2	1,8	1,5	1,3
Investimento (FBCF)	INE	10-03-2006	VH Real	1,0	-3,5	-10,0	0,9	-2,9		-0,3	2,3	0,7	0,7	-1,9	-2,0	-4,6	-3,3
FBCF sem construção	INE	10-03-2006	VH Real	-1,5	-3,7	-7,9	3,4	-1,2		2,4	4,8	2,5	4,1	-0,3	-0,1	-2,2	-2,0
Exportações Bens e Serviços	INE	10-03-2006	Milhões euros	37 360	37 879	38 564	40 787	42 060		10 022	10 356	10 175	10 233	10 168	10 401	10 715	10 777
Exportações Bens e Serviços	INE	10-03-2006	Milhões dólares	33 463	35 811	43 610	50 706	55 147		12 535	12 472	12 434	13 265	13 332	13 637	14 049	14 129
Exportações Bens e Serviços	INE	10-03-2006	VH Real	1,8	1,5	3,7	4,5	0,9		4,9	8,4	2,9	2,1	-1,2	0,3	2,4	2,3
Importações Bens e Serviços	INE	10-03-2006	VH Real	0,9	-0,7	-0,4	6,8	1,8		5,7	9,4	6,1	6,3	4,2	2,9	0,6	-0,2
Balança Corrente / PIB pm (fim de período)	BPINE	21-03-2006	% PIB	-9,8	-7,8	-5,9	-7,3	-9,3		-6,6	-7,0	-6,6	-7,3	-9,7	-10,1	-9,0	-9,3
Stock IDE / PIB pm (fim de período) (2)	BPINE	21-03-2006	% PIB	31,6	31,4	35,8	36,3	37,1		37,7	39,6	39,9	36,3	36,9	37,0	37,2	37,1
Saldo Primário / PIB pm (fim de período)	DGOINE	18-04-2006	% PIB	-0,5	-0,8	-0,6	-3,9	-3,5		-3,0	-1,8	-2,4	-3,9	-1,9	-1,1	-3,0	-3,5
Custos do Trabalho (1)	Eurostat	17-03-2005	VH	3,9	3,5	3,0	2,5	2,6		3,0	2,3	2,5	2,4	3,1	2,5	2,2	2,4
	Eurostat	17-03-2005	VH	5,4	5,4	2,4	3,3	2,1		2,5	4,5	3,9	2,5	2,1	2,7	3,0	0,7
Emprego Total	INE	14-02-2006	Milhar	5 112	5 137	5 118	5 123	5 123		5 107	5 125	5 126	5 134	5 094	5 132	5 130	5 134
			VH	1,8	0,5	-0,4	0,1	0,0		0,0	0,1	-0,1	0,3	-0,3	0,1	0,1	0,0
População desempregada	INE	14-02-2006	Milhar	214	271	342	365	422		347	347	376	390	413	399	430	447
Taxa de desemprego - Portugal	INE	14-02-2006	(%)	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6		6,4	6,3	6,8	7,1	7,5	7,2	7,7	8,0
Norte	INE	14-02-2006	(%)			6,8	7,7	8,8		7,0	7,3	8,3	8,0	8,7	8,7	8,8	9,0
Centro	INE	14-02-2006	(%)			3,6	4,3	5,2		4,2	4,0	4,3	4,8	4,9	4,5	5,4	6,0
Lisboa	INE	14-02-2006	(%)			8,1	7,6	8,6		7,7	7,3	7,5	8,1	8,4	8,0	9,0	9,0
Aleltoje	INE	14-02-2006	(%)			8,2	8,8	9,1		8,1	8,8	9,1	9,4	9,3	8,5	9,4	9,4
Algarve	INE	14-02-2006	(%)			6,1	5,5	6,2		6,0	5,1	5,0	5,7	7,3	6,3	5,3	5,9
R.A Açores	INE	14-02-2006	(%)			2,9	3,4	4,1		3,6	3,1	3,8	3,0	3,4	4,3	4,2	4,4
R.A Madeira	INE	14-02-2006	(%)			3,4	3,0	4,5		2,8	2,7	3,0	3,5	4,8	3,9	4,4	5,1
VAB - Total preços constantes	INE	10-03-2006	Milhões euros	109 133	109 954	109 173	110 431	110 314									
			VH Real	2,4	0,8	-0,7	1,2	-0,1		0,9	1,9	1,1	0,6	0,0	0,0	-0,3	-0,1
Agricultura, Silvicultura e Pescas	INE	10-03-2006	% do Total	3,6	3,6	3,5	3,5	3,2									
			VH Real	-3,2	2,4	-3,1	0,8	-8,5		1,0	2,3	1,4	-1,5	-6,2	-8,9	-9,9	-8,8
Indústria, Electricidade, Gás e Água	INE	10-03-2006	% do Total	19,8	19,6	19,8	19,7	19,5									
			VH Real	1,8	-0,5	0,2	0,9	-1,1		2,3	2,2	0,5	-1,3	-2,4	-1,3	-1,2	0,7
Construção	INE	10-03-2006	% do Total	7,6	7,3	6,4	6,2	6,0									
			VH Real	2,8	-4,0	-12,7	-1,3	-4,0		-3,5	-0,1	-0,2	-1,5	-2,7	-3,0	-6,3	-4,0
Comércio, Restauração e Hóteis	INE	10-03-2006	% do Total	17,2	16,9	16,5	16,6	17,0									
			VH Real	0,8	-1,1	-2,6	1,7	1,9		0,6	1,5	1,9	3,0	2,5	2,2	1,6	1,4
Transp. e Comunicações, Activ. Financeiras, Outros Serviços	INE	10-03-2006	% do Total	51,8	52,6	53,7	53,9	54,3									
			VH Real	3,6	2,5	1,4	1,4	0,6		1,1	2,1	1,3	1,1	0,9	0,6	0,7	0,2

(1) Índice do Custo de Trabalho - exclui a agricultura, a pesca, a silvicultura, a educação, a saúde e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

(2) Valor do PIB considerado = Soma móvel 4 trimestres.

Comércio Internacional - Clientes (peso no total e t.v.h)

	2001	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Jan
UE-25	81,1	81,2	80,8	80,6	79,8	79,5
t.v.h.	1,0	1,9	2,1	6,1	1,5	1,6
Espanha	19,3	20,9	23,8	25,8	27,0	27,0
t.v.h.	2,2	10,3	16,5	15,4	7,1	8,6
Terceiros	18,9	18,8	19,2	19,4	20,2	20,5
t.v.h.	2,0	1,8	2,5	6,3	2,6	3,0

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE

Taxa de Cobertura (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Jan
	61,0	64,5	67,3	64,1	62,4	62,4

Taxas de variação homogênea em valor das saídas por agrupamentos de produtos

	Estr. 05	01/00	02/01	03/02	04/03	05/04	últimos 12m até Jan
Máquinas	18,7	-0,8	3,5	2,6	2,2	1,2	2,5
Material de Transporte	14,0	8,6	-2,9	4,9	6,1	-6,0	-6,0
Vestuário e Calçado	12,6	2,2	-4,8	-2,5	-4,6	-8,1	-7,8
Químicos	10,5						

1. Enquadramento Internacional

As previsões mais recentes do FMI (Abril de 2006), **revêm em alta** as previsões anteriores (Setembro de 2005), continuando a apontar para um crescimento robusto da actividade económica mundial em 2006 (4,9%) e em 2007 (4,7%), que continuará a ser liderado pelo crescimento económico dos EUA e da China, prevendo-se ainda um maior dinamismo nas economias da Índia, Rússia e Japão. Essas estimativas estão mais próximas das da OCDE (Novembro 2005) que também **reviu em alta** as previsões anteriores de crescimento das principais economias (*Quadro 1.1*).

Quadro 1.1
Previsões de Crescimento da Economia Mundial
- taxa de crescimento real do PIB em % -

	2005			2006			2007		
	FMI Abr-06	OCDE Nov-05	CE Outono-05	FMI Abr-06	OCDE Nov-05	CE Outono-05	FMI Abr-06	OCDE Nov-05	CE Outono-05
MUNDO	4,8		4,3	4,9		4,3	4,7		4,7
OCDE		2,7			2,9			2,9	
ZONA EURO	1,3	1,4	1,3	2,0	2,1	1,9	1,9	2,2	2,1
R. UNIDO	1,8	1,7	1,6	2,5	2,4	2,3	2,7	2,7	2,8
EUA	3,5	3,6	3,5	3,4	3,5	3,2	3,3	3,3	2,7
CHINA	9,9	9,3	9,3	9,5	9,4	8,7	9,0	9,5	..
JAPÃO	2,7	2,4	2,5	2,8	2,0	2,2	2,1	2,0	1,8

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abr 2006; OCDE, Economic Outlook nº78, Nov 2005;
CE- Comissão Europeia, "European Economy", Nov 2005.

A área de maior crescimento em 2006 e 2007 será a Ásia (excluindo o Japão), com taxas de crescimento da ordem dos 8%. De acordo com o FMI, a China e a Índia irão crescer em 2006 respectivamente 9,5% e 7,3% esperando-se para 2007 um crescimento de 9% e 7%.

Nos **EUA**, o FMI estima um crescimento do PIB de 3,4% em 2006 e de 3,3% em 2007, sensivelmente ao ritmo de 2005 (3,5%). Contudo prevê-se uma diminuição do consumo e uma desaceleração do investimento, em resultado do efeito conjunto dos elevados preços da energia e do aumento das taxas de juro. Para a inflação é estimada uma taxa de 3,2% para 2006 e de 2,5% para 2007. Os dados mais recentes sobre a evolução da economia americana sugerem uma aceleração da actividade económica no 1º trimestre de 2006, após um abrandamento no 4º trimestre do ano anterior.

Para a **economia japonesa**, o FMI prevê um crescimento do produto de 2,8% e de 2,1% respectivamente em 2006 e 2007. A expansão económica em 2006, continuará a ser principalmente liderada pelo dinamismo da procura interna mas também pelas exportações. Os fortes lucros verificados nas empresas sugerem que o investimento continuará a expandir-se e que o aumento do emprego e dos salários, bem como dos níveis de confiança suportarão o consumo privado. Os indicadores mais recentes disponíveis apontam para a continuação do dinamismo da actividade económica no 1º trimestre de 2006, baseada na evolução do consumo e investimento privados e no crescimento das exportações, enquanto a deflação dos preços no consumidor continua a diminuir.

Na **Zona Euro**, as previsões do FMI (Abril de 2006) apontam para uma aceleração da actividade económica em 2006, prevendo-se um crescimento do PIB de 2%, que reflectirá um maior dinamismo da generalidade das componentes da procura, particularmente da FBCF, já que se espera que o consumo privado permaneça moderado até melhorarem as condições no mercado de trabalho e se atenuarem os efeitos do aumento dos preços do petróleo no rendimento disponível. Contudo, o FMI refere que existem riscos descendentes associados a estas previsões, relacionados com uma apreciação do euro no contexto da correcção dos desequilíbrios macroeconómicos globais e com a hipótese de novos aumentos do preço do petróleo. De acordo com o Banco Central Europeu (Abril de 2006) os dados mais recentes sugerem uma melhoria das perspectivas para o crescimento económico na Área do Euro, que parece estar a aumentar e a fortalecer-se ao longo do primeiro semestre de 2006.

O **Indicador de Sentimento Económico** na Zona Euro melhorou em Abril de 2006 pelo quinto mês consecutivo, tendo aumentado 1,7 pontos percentuais face ao mês anterior e 2,9 pontos na UE25. Desde que a recuperação se iniciou, sensivelmente há um ano, o índice aumentou cerca de 10 pontos em ambas as áreas.

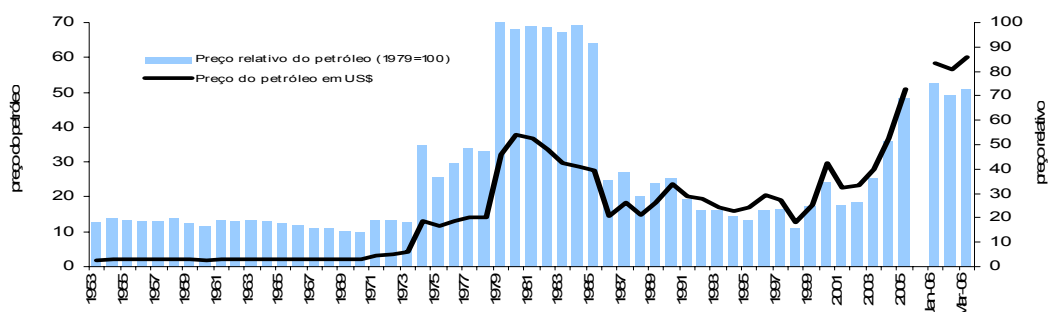
Em Março de 2006, a taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) na área do Euro situou-se em 2,3%. De acordo com as previsões do FMI a **inflação** na Zona Euro deverá situar-se em 2,1% em 2006 e 2,2% em 2007, reflectindo, em grande parte, a manutenção de um elevado preço do petróleo. Os custos do trabalho deverão continuar a crescer a um ritmo moderado nos próximos dois anos.

O FMI prevê para a **taxa de desemprego** na Zona Euro 8,3% em 2006 e 8,1% em 2007.

Em Março de 2006, a cotação internacional do **petróleo**¹ reverteu em grande parte a descida verificada no mês anterior, subindo para USD\$ 60,9 por barril (US\$ 59,7 em Fevereiro). Apesar de estar a descer nos últimos dias de Abril, o preço do petróleo manteve uma trajectória ascendente durante a maior parte do mês, tendo atingido novo máximo histórico que rondou os USD\$ 75. Esta subida do preço do crude ficou a dever-se principalmente à tensão internacional gerada pelo programa nuclear do Irão. Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflator do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Março de 2006, em 73% do valor atingido durante a crise petrolífera de 1979 (*Figura 1.1*).

Figura 1.1

Evolução do Preço Relativo do Petróleo



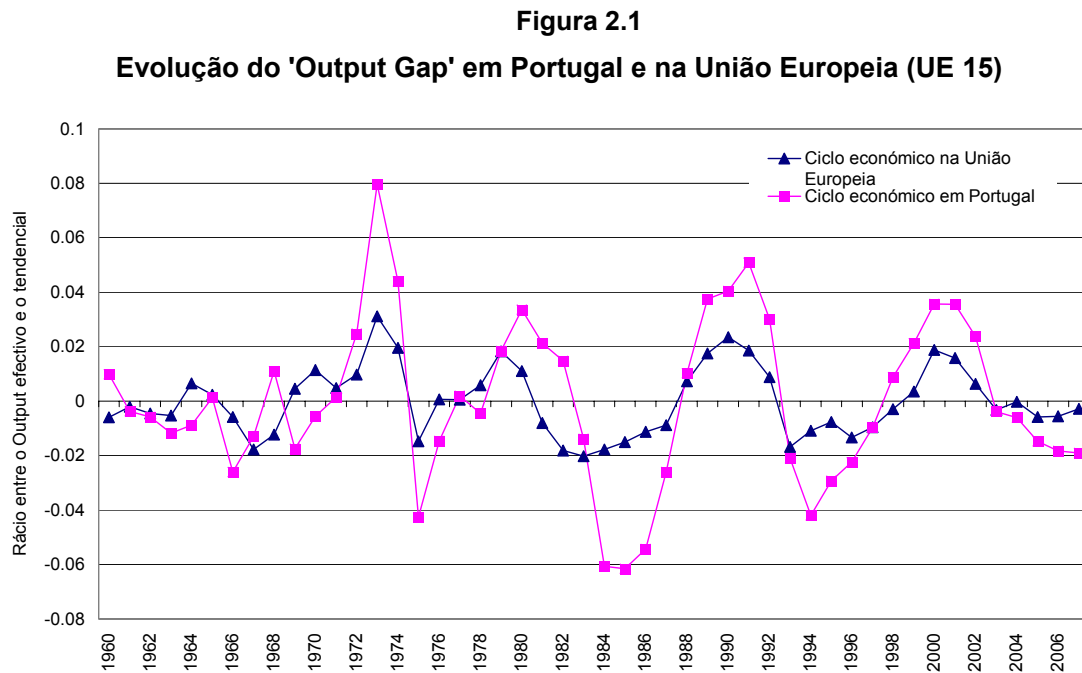
Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$); INE (deflator do PIB - Contas Nacionais); Banco de Portugal (taxa de câmbio).

Portugal (taxa de câmbio) O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em moeda nacional e o deflator do PIB em Portugal.

¹ IMF (Primary Commodity Prices) – média simples dos preços de Dated Brent, West Texas Intermediate e Dubai Fateh.

2. Economia nacional

Conforme se pode observar na *Figura 2.1*, ao longo do período em análise (1960-2006), a evolução do ciclo económico em Portugal tem acompanhado a evolução do ciclo económico na União Europeia.



Nota: Situação com base na aplicação do filtro Hodrick-Prescott. Séries do PIB de Portugal e da União Europeia construídas a partir de dados da AMECO.

De acordo com o Banco de Portugal (Primavera de 2006), a economia portuguesa em 2005 caracterizou-se por um fraco crescimento, 0,3% (1,1% em 2004), por uma estagnação do emprego e um aumento da taxa de desemprego. A evolução da actividade económica portuguesa traduziu fundamentalmente a queda do investimento (FBCF), -2,6% (0,0 em 2004) e a forte desaceleração das exportações, +0,9% (+5,3% em 2004), tendo o consumo (privado e público) sido as componentes mais dinâmicas do PIB, respectivamente 1,8% e 1,9%. A actividade económica portuguesa registou um crescimento inferior ao verificado na área do euro em cerca de um ponto percentual.

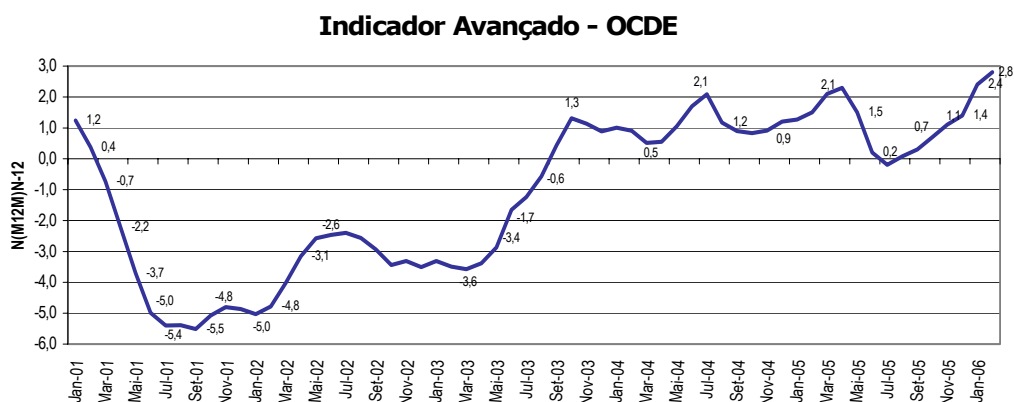
A evolução do PIB em 2005 evidencia uma ligeira aceleração na segunda metade do ano, apesar da desaceleração do consumo privado e da contracção do investimento, para o que contribuiu a procura externa líquida, em resultado de uma pequena aceleração das exportações e de um crescimento mais moderado das importações.

Quadro 2.1
Seleção de Indicadores de Actividade Económica

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2005			2006	2005			2006		
			II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	1,5	1,0	1,4		1,2	1,4	1,4	1,2	1,4	
Indicador Coincidente	BP	VH	0,2	-0,1	-0,2	0,3	-0,2	-0,2	-0,1	0,1	0,3	0,5
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	-0,3	-0,8	-0,5	-0,6	-0,6	-0,6	-0,5	-0,6	-0,3	-0,6
Indicador Compósito Avançado	OCDE	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	0,7	1,1	1,4	2,4	2,8	
Indicador de FBCF	INE	VH, M3M	-3,9	-3,2	-3,1		-2,7	-2,7	-3,1	-4,0	-3,4	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	VE/M3M	-33,6	-41,9	-41,0	-37,8	-41,3	-41,0	-41,0	-41,2	-40,0	-37,8
Índice de Produção Industrial - Total	INE	VH/VCS	-0,5	0,8	2,4		1,1	0,2	5,7	2,3	-1,5	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	VH/VCS	-2,7	-1,0	1,4		0,4	-0,1	3,9	0,9	-1,1	
Índice de Preços no Consumidor (IHPC)	INE	VM12	-	-	-	-	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2	2,3
Índice de Preços no Consumidor (IHPC) (zona Euro)	Eurostat	VM12	-	-	-	-	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3
Saldos:												
Balança Corrente	BP	10 ⁶ euros	-3 838	-2 539	-3 777		-11 068	-12 364	-13 645	-1 023	-2 438,2	
da qual: Mercadorias	BP	10 ⁶ euros	-4 351	-4 019	-4 538		-13 844	-15 198	-16 774	-1 216	-2 553,4	
Viagens e Turismo	BP	10 ⁶ euros	918	1 587	851		3 438	3 655	3 902	165	338,1	
Balança de Capital	BP	10 ⁶ euros	279	372	773		1 199	1 345	1 740	331	406,4	

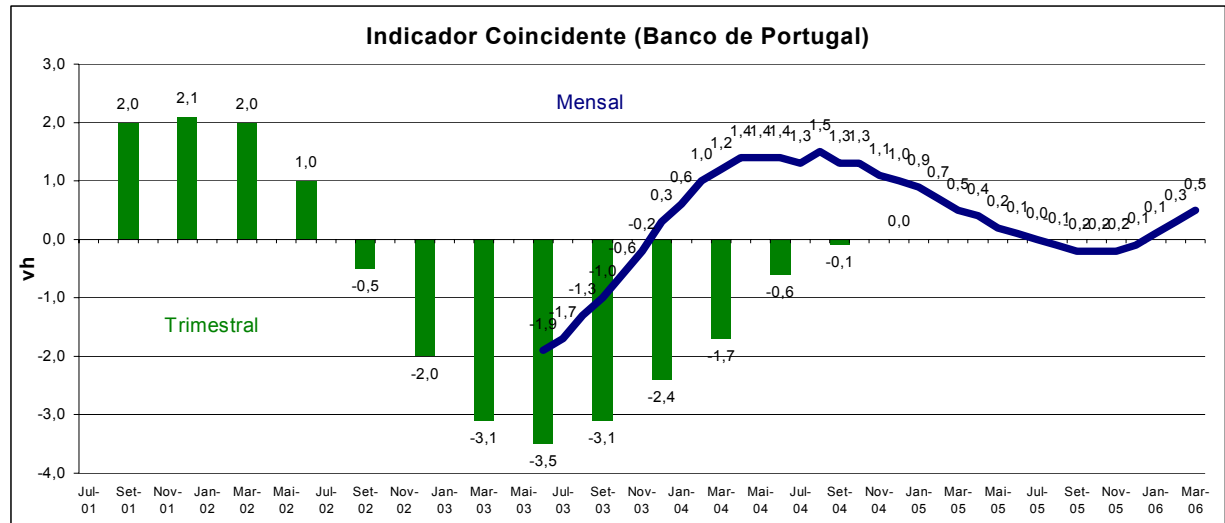
Os indicadores qualitativos mais recentes apontam para uma **viragem de ciclo da actividade económica** apresentando, na sua maioria, uma evolução positiva (*Quadro 2.1*). O **Indicador Compósito Avançado** da OCDE continuou, em Fevereiro de 2006, a apontar para um crescimento sustentado desde Julho de 2005, atingindo o seu valor mais alto (2,8%) (*Figura 2.1*). Por sua vez, o **Indicador de Actividade Económica** do INE recuperou (Fevereiro de 2006), retomando o valor registado nos dois últimos meses de 2005 (1,4 pontos percentuais). Em Março de 2006, o **Indicador de Actividade Económica** do INE recuperou (Fevereiro de 2006), retomando o valor registado nos dois últimos meses de 2005 (1,4 pontos percentuais). Em Março de 2006, o **Indicador Coincidente** do Banco de Portugal sobre a actividade económica voltou a registar uma melhoria, pelo quarto mês consecutivo, atingindo +0,5 contra -0,2 em Novembro de 2005 (*Figura 2.2*). O **Indicador de Clima Económico** do INE agravou-se em Março de 2006 para -0,6 voltando ao nível em que se situara nos quatro meses anteriores ao mês de Fevereiro (-0,3). Esta evolução resultou da degradação da confiança dos empresários nos sectores da indústria, comércio a retalho e serviços. Também o **Indicador de Sentimento Económico** da CE, aponta para uma deterioração de 1,8 pontos percentuais (Março de 2006) face ao mês anterior, em resultado da diminuição do nível de confiança dos empresários dos sectores da indústria, serviços, construção e comércio a retalho. O **Indicador de Confiança dos Consumidores** recuperou significativamente (Março de 2006), situando-se ao melhor nível desde Junho de 2005. Por sua vez, o **Indicador de FBCF** melhorou (Fevereiro de 2006), relativamente ao mês anterior, permanecendo ainda num patamar negativo e abaixo da média do ano anterior.

Figura 2.1



Fonte: GEE, com base na OCDE

Figura 2.2



Ministério da Economia e Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 2.2
Portugal - Indicadores Económicos

	2005					2006					2007			
	FMI Abr-06	OCDE Nov-05	CE Outono-05	BP Primavera-06	PEC(05-09) Dez-05	FMI Abr-06	OCDE Nov-05	CE Outono-05	BP Inverno-05	PEC(05-09) Dez-05	FMI Abr-06	OCDE Nov-05	CE Outono-05	PEC(05-09) Dez-05
PIB (t.v. real, %)	0,3	0,8	0,4	0,3	0,5	0,8	1,0	0,8	0,8	1,1	1,5	1,8	1,2	1,8
Consumo privado	-	2,3	2,2	1,8	2,3	-	1,3	1,0	1,2	1,3	-	2,0	1,5	1,5
Consumo Público	-	0,8	1,0	1,9	0,8	-	-0,8	-0,2	0,7	-1,3	-	0,1	-	-0,8
FBCF	-	-1,8	-2,4	-2,6	-2,1	-	0,2	0,3	-1,1	1,7	-	3,3	2,3	3,6
Exportações	-	1,6	0,9	0,9	1,2	-	6,3	4,7	4,0	5,7	-	6,4	4,6	6,1
Importações	-	1,8	1,7	1,8	2,1	-	4,4	3,0	2,8	4,2	-	5,5	4,1	4,3
IHPC (t.v., %) ⁽¹⁾	2,1	2,1	2,2	2,2	2,3	2,1	2,4	2,7	2,5	2,3	2,1	1,4	2,2	2,2
Taxa de Desemprego (%)	7,6	7,5	7,4	7,6	7,4	7,7	7,8	7,7	-	7,7	7,6	7,8	7,7	7,7
Balança Corrente (% PIB) ⁽²⁾	-9,2	-9,3	-9,5	-8,1	-8,7	-9,5	-9,4	-9,7	-8,5	-8,8	-9,4	-9,1	-9,4	-8,4

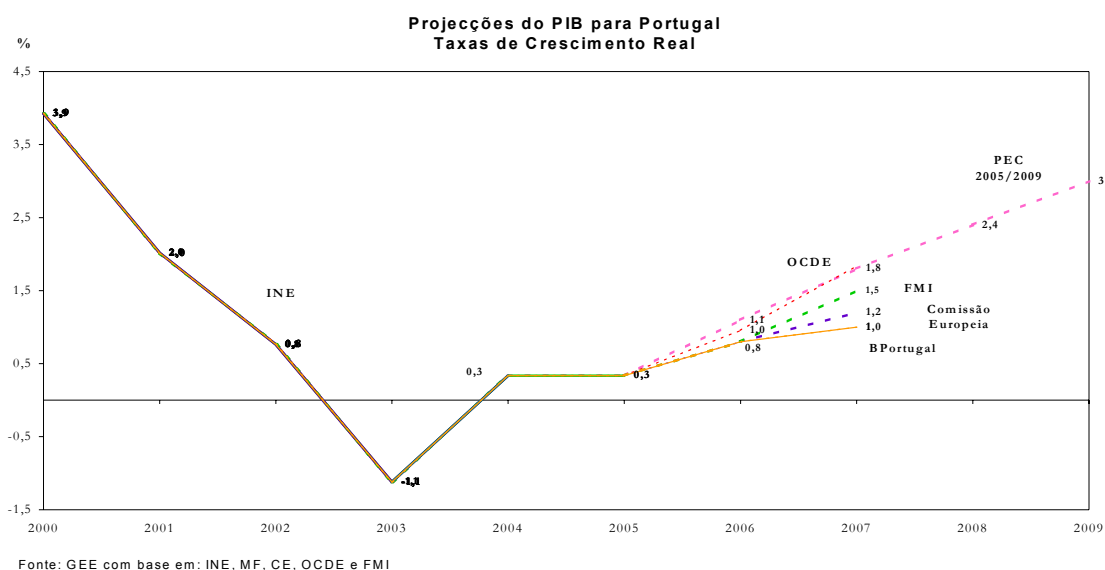
(1) No caso do PEC - Deflador do Consumo Privado e FMI - IPC

(2) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2006; OCDE, Economic Outlook nº78, Novembro de 2005;

CE - Comissão Europeia, Anexo Estatístico da "European Economy" - Novembro de 2005; BP - Boletim Económico, Inverno 2005;

PEC - Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Dezembro de 2005



Em Março de 2006, a **inflação** medida pela taxa média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou em Março de 2006 ao situar-se em 3,1%, contra 2,4% no mês de Fevereiro, registando o valor mais alto desde Setembro de 2003. A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) agravou-se 0,1p.p. relativamente ao mês anterior, situando-se em 2,3%. A inflação prevista para o ano de 2006 (IHPC) no Plano de Estabilidade e Crescimento (Dezembro 2005) é de 2,3%.

No que se refere ao **mercado de trabalho**, de acordo com os dados do Instituto do Emprego e Formação e Profissional, em Março de 2006 o número desempregados inscritos situou-se em cerca de 480 mil indivíduos, menos 8 mil do que no mês anterior, embora mais 790 mil do que no final de 2005. Em termos homólogos acumulados, no 1º trimestre de 2006, o número de novos desempregados registados aumentou 5,9% (3,6% em 2005).

Nos dois primeiros meses de 2006, o **défice conjunto das balanças corrente e de capital** situou-se em 2 032 milhões de euros, menos 86 milhões do que no período homólogo de 2005, reflectindo quer a redução do défice da balança corrente (em 237 milhões de euros), quer o aumento do excedente da balança de capital (em 323 milhões de euros), este devido ao acréscimo de rendimentos de fundos estruturais no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

3. Dinâmica Sectorial

Em 2005, o sector da **Agricultura, Silvicultura e Pescas** apresentou uma descida acentuada do VAB em termos reais homólogos (-8,5%) e uma quebra menor ao nível do emprego (-1,9%). Note-se que as perdas de emprego registadas são bastante inferiores às quebras de produção (VAB) (*Quadro 3.1 e Quadro 3.2*).

Também no sector da **Indústria** se verificaram quebras quer ao nível do VAB quer do emprego, respectivamente -1,6% e -3,4%. Na Indústria Transformadora, as perdas de emprego traduzem-se em melhorias dos níveis de VAB por trabalhador, mesmo no actual contexto de quebra de produção (VAB).

Por sua vez, o sector da **Construção** que registou uma quebra significativa ao nível do VAB (-4%) apresentou uma evolução favorável no emprego (1,1%).

Nos sectores de **Serviços** observaram-se evoluções positivas ao nível do VAB, à excepção do sector dos Transportes e Comunicações (-1%). O acréscimo do VAB foi da ordem dos 2% no sector do Comércio e da Electricidade e de cerca de 1% nas Actividades Financeiras e Imobiliárias e Outros Serviços. Ao nível do emprego verificaram-se acréscimos nos Sectores dos Serviços, em termos homólogos, da ordem de 3% no sector dos Transportes e Comunicações e no dos Outros Serviços, uma estagnação no sector do Comércio e descidas no sector das Actividades Financeiras e imobiliárias (-2,5%) e da Electricidade (-4,1%).

Quadro 3.1
Evolução real do VAB por sectores

Variação Homóloga - %

	2000	2002	2004	2005	1T04	2T04	3T04	4T04	1T05	2T05	3T05	4T05
VAB - Agricultura, Silvicultura, Pescas (const)	-4,2	2,4	0,8	-8,5	1,0	2,3	1,4	-1,5	-6,2	-8,9	-9,3	-9,9
VAB - Indústria (const)	2,1	-0,7	0,2	-1,6	1,7	1,6	-0,2	-2,2	-3,3	-1,9	-1,7	0,6
VAB - Construção (const)	6,3	-4,0	-1,3	-4,0	-3,5	-0,1	-0,2	-1,5	-2,7	-3,0	-6,3	-4,0
VAB - Electricidade, gás e água (const)	9,5	0,3	5,5	2,1	6,8	6,1	5,0	4,2	3,3	2,5	1,7	1,0
VAB - Comércio, Restaurantes e Hóteis (const)	4,4	-1,1	1,7	1,9	0,6	1,5	1,9	3,0	2,5	2,2	1,6	1,4
VAB - Transportes e Comunicações (const)	9,7	2,8	4,7	-1,0	4,9	7,8	3,7	2,6	0,3	-1,6	-1,9	-0,8
VAB - Actividades Financeiras e Imobiliárias (const)	4,0	2,7	-0,4	1,2	-1,0	0,5	-0,4	-0,5	1,0	1,5	2,3	0,0
VAB - Outros Serviços (const)	3,5	2,3	1,5	0,7	1,3	1,6	1,5	1,4	1,0	0,8	0,6	0,5
<i>Por memória:</i>												
Valor Acrescentado Bruto (const)	3,9	0,8	1,2	-0,1	0,9	1,9	1,1	0,6	0,0	0,0	-0,3	-0,1

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Março 2006

Quadro 3.2
Evolução do Emprego por sectores

Variação Homóloga - %

	2000	2002	2004	2005	1T04	2T04	3T04	4T04	1T05	2T05	3T05	4T05
Emprego - Agricultura, Silvicultura, Pescas	2,2	-2,4	-3,7	-1,9	-3,5	-5,8	-4,0	-1,6	-2,6	-2,3	-1,0	-1,8
Emprego - Indústria Transformadora	-1,0	-4,0	-1,6	-3,4	-3,6	-2,4	-0,7	0,3	-0,8	-3,0	-4,0	-5,5
Emprego - Construção	10,5	6,8	-6,1	1,1	-6,2	-7,5	-4,7	-5,9	-3,1	-0,6	3,2	5,1
Emprego - Electricidade, gás e água*	-2,1	5,5	-9,1	-4,1	-6,3	-11,4	-15,2	-3,9	-11,5	-4,0	1,7	-1,7
Emprego - Comércio, Restaurantes e Hóteis	3,3	1,0	1,3	0,1	2,8	2,5	0,7	-0,8	-1,3	0,8	-0,4	1,5
Emprego - Transportes e Comunicações	6,8	1,0	0,4	2,9	1,0	-1,7	2,5	-0,4	1,6	3,5	4,5	2,2
Emprego - Actividades Financeiras e Imobiliárias	2,1	0,9	11,4	-2,5	19,2	16,0	6,9	4,8	-2,3	-0,7	-2,7	-4,6
Emprego - Outros Serviços	0,3	2,3	2,6	3,4	0,6	3,8	2,1	4,0	4,3	3,6	2,9	3,0
<i>Por memória:</i>												
Emprego - Total	2,3	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	-0,1	0,3	-0,3	0,1	0,1	0,0

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego - Fevereiro 2006; *Inclui Indústria Extractiva

Os indicadores de confiança do INE disponíveis para o 1º trimestre de 2006, apesar de continuarem num patamar negativo, em todos os sectores de actividade, sugerem uma recuperação nos sectores dos serviços e do comércio, uma estabilização na construção e um agravamento no sector da indústria. Em Março de 2006, o sector do **comércio**, após cinco meses

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

consecutivos de recuperação, apresentou uma deterioração do nível de confiança, situando-se contudo ainda acima da média do 2º semestre de 2005. Por sua vez, o Índice de Volume de Negócios do Comércio a Retalho recuperou nos dois primeiros meses de 2006 (Quadro 3.3 e Figuras 3.1 e 3.2).

Nos **Serviços** o indicador de confiança recuperou significativamente face ao trimestre anterior, situando-se ao nível do 3º trimestre e ainda em terreno negativo. O índice de volume de negócios, apesar de continuar negativo, apresentou uma melhoria nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2006, face ao 2º semestre de 2005.

Quadro 3.3
Indicadores Sectoriais

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2005				2006	2005					2006			
			I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Indicador de confiança na Indústria	INE	VE/M3M	-11,0	-10,2	-11,2	-8,2	-9,6	-13,0	-12,9	-11,2	-8,2	-7,8	-8,2	-9,3	-9,1	-9,6
Indicador de confiança na Construção	INE	VE/M3M	-42,0	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-40,0	-40,2	-41,7	-43,7	-45,5	-46,2	-47,0	-46,7	-46,0
Indicador de confiança no Comércio	INE	VE/M3M	-6,6	-7,6	-13,2	-10,3	-8,3	-10,3	-12,6	-13,2	-12,3	-12,0	-10,3	-8,5	-6,4	-8,3
Indicador de confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	VE/M3M	-0,3	2,6	-2,7	-6,0	-2,7	-0,1	-0,8	-2,7	-2,0	-5,2	-6,0	-6,3	-4,1	-2,7
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VH, M3M	0,6	1,7	1,2	1,1		1,4	4,0	1,2	3,2	1,6	1,1	2,5	2,6	
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	VH, M3M	3,2	4,4	1,0	1,8		2,9	2,6	1,0	1,5	1,5	1,8	2,4	2,7	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	VH, M3M	-0,8	0,0	-2,5	-2,4		-2,0	-1,8	-2,5	-0,2	-1,2	-2,4	-1,4	-1,3	

No primeiro trimestre de 2006, no sector da **Construção** registou-se, uma estabilização dos níveis negativos de confiança, face ao último trimestre de 2005, ocorrendo, no entanto, uma pequena melhoria no mês de Março.

Na **Indústria**, em Fevereiro de 2006, o Índice de Produção Industrial diminuiu pelo segundo mês consecutivo, tornando-se mesmo negativo, em contraste com a recuperação que se verificou nos dois últimos trimestres de 2005. Por sua vez, no 1º trimestre de 2006, agravou-se o nível de confiança da indústria face ao trimestre anterior, enquanto o Índice de Volume de Negócios, evidencia uma recuperação nos dois primeiros meses de 2006, face à média do ano anterior.

Figura 3.1

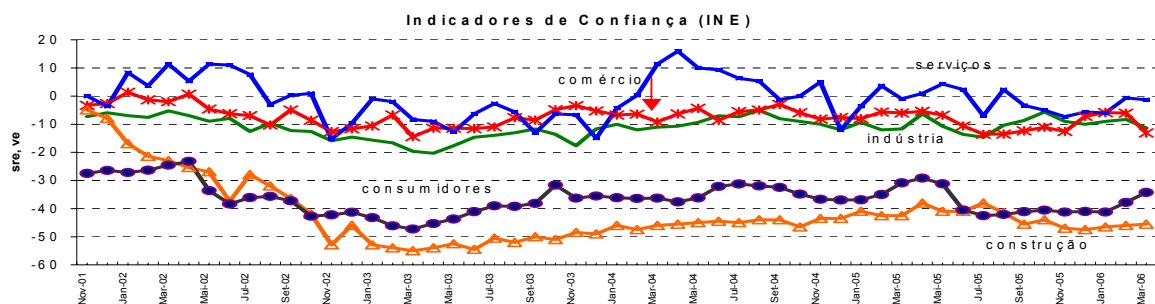
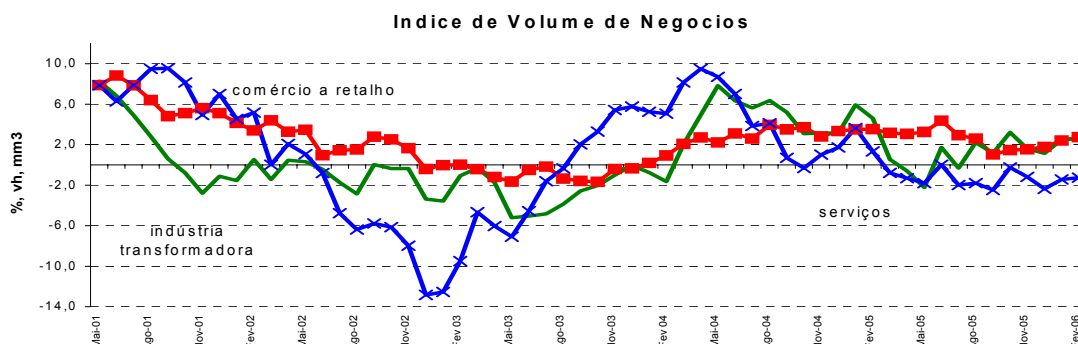


Figura 3.2



Secção Especial: O sector da Pasta e do Papel

A indústria da pasta, papel e cartão envolve actividades diversas desde a produção de matérias-primas (produção florestal), sua exploração e transformação em pasta para papel e transformação da pasta em vários tipos de papel e cartão, até às actividades ligadas ao tratamento dos produtos no fim de vida, através da reciclagem ou valorização energética dos papéis recuperados.

Os dados disponíveis das contas nacionais anuais do INE revelam que o peso do sector na economia tem vindo a diminuir: em 1995, o sector representava 1,4% do VAB e 0,4% do Emprego enquanto que, em 1999, o seu peso na economia foi de 0,8% do VAB e 0,3% do Emprego.

As estimativas efectuadas para o período 2000-2005, apontam para uma estabilização do peso do sector na economia nacional e no conjunto da indústria transformadora, representando 4,4% do VAB e 1,5% do emprego industrial em 2005.

No Quadro 3.5 descreve-se a evolução da importância do sector em termos do VAB e do Emprego, em 1995 e 1999, apresentando-se estimativas até 2005.

Quadro 3.5

Peso do sector da Pasta e do Papel na Economia e na Indústria Transformadora

	1995	1999	2000*	2001*	2002*	2003*	2004*	2005*
VAB do sector no VAB Total (%)	1,4	0,8	0,9	0,8	0,8	0,7	0,8	0,7
Emprego do sector no Emprego Total (%)	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
VAB do sector no VAB da Indústria (%)	6,8	4,2	4,9	4,6	4,6	4,2	4,4	4,4
Emprego do sector no Emprego Indústria (%)	1,7	1,5	1,5	1,5	1,6	1,5	1,5	1,5

Fonte: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (Emprego e VAB do sector estimados com base na mesma estrutura de 1999 da subsecção DE - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão, entre 2000 e 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Produção Industrial (VAB do sector) e Índices de Emprego (Emprego do sector)

Nota: Estrutura do VAB com os SIFIMs distribuídos por todos os sectores, a preços correntes

* Estimativa

Ao longo dos anos, o crescimento do sector tem sido variável. No período 1986-1995, o sector da pasta e papel cresceu cerca de 4,4% em termos reais, ligeiramente acima do crescimento da economia (3,1%) e bastante superior ao crescimento dos restantes sectores industriais (2,1%, em média). Entre 1990 e 1995, face ao período de 1986-1990, registou-se um ligeiro abrandamento no crescimento do sector (respectivamente, 3,6% e 5,4%).

Conforme se vê na Fig.3.8, o crescimento do sector da pasta e papel, entre 1996 e 2000, atingiu os 2,5% em média, em termos reais, taxa inferior às da indústria e do total da economia, pelo que perde importância na estrutura produtiva nacional.

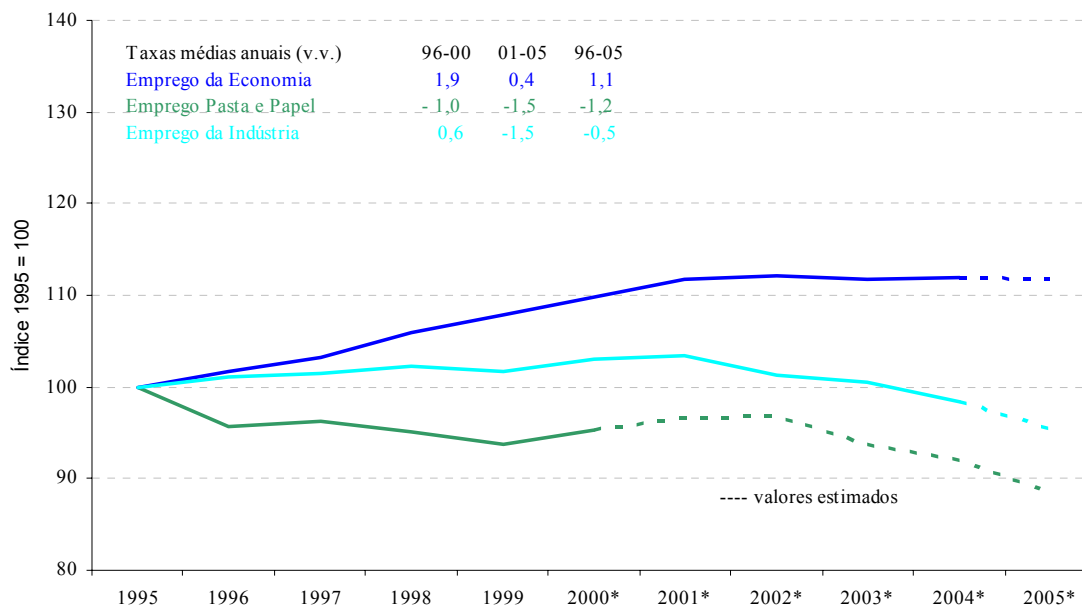
Os valores estimados para o sector em 2001-2005 indiciam um abrandamento do crescimento médio anual do VAB, que passou para cerca de 1%, desta vez acima do total da economia e da indústria.

Ao longo dos dez anos em análise, o sector foi objecto de importantes investimentos para a modernização de processos de produção e aquisição de novo equipamento e para

cumprimento de compromissos ambientais assumidos num contexto internacional de mais um ciclo de quebras nos preços da pasta e do papel.

As estimativas para 2004 e 2005, face a 2003, perspectivam uma ligeira reanimação do sector, tendo presente o prosseguimento de estratégias de integração da produção de pasta e de papel.

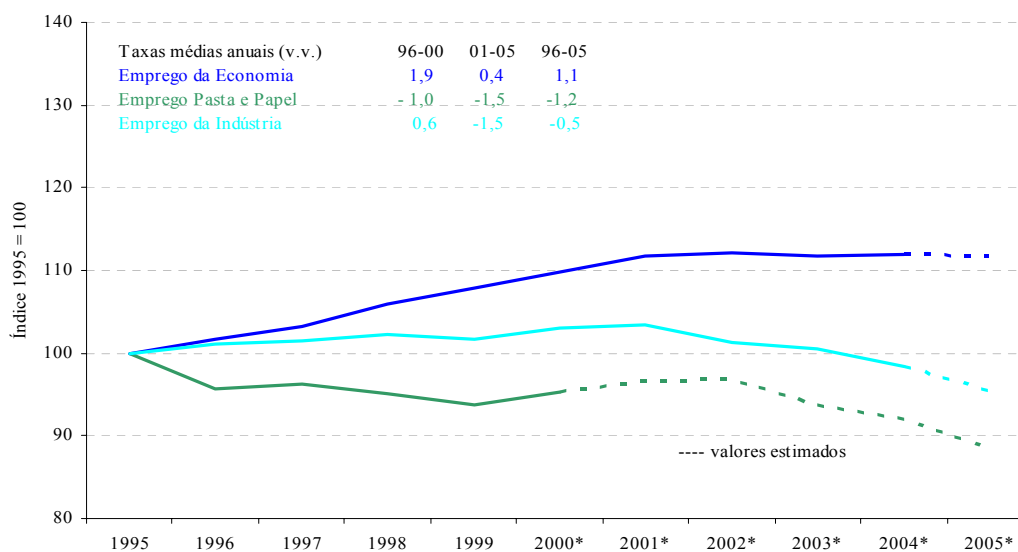
Figura 3.8
Evolução real do VAB – Pasta e Papel



Fonte: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (Emprego e VAB do sector estimados com base na mesma estrutura de 1999 da subsecção DE - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão, entre 2000 e 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Produção Industrial (VAB do sector) e Índices de Emprego (Emprego do sector)

No período que decorre entre 1996 e 2005, em consequência da reestruturação do sector, ocorreram reduções nos níveis de emprego da pasta e de papel, mais acentuadas do que na média da indústria (Figura 3.9).

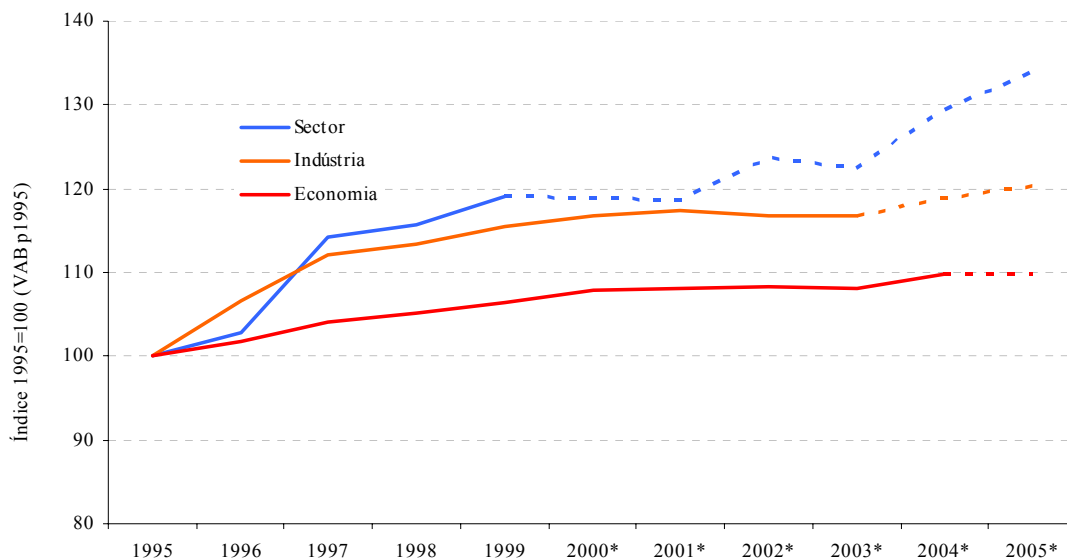
Figura 3.9
Evolução do emprego – Pasta e Papel



Fonte: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (Emprego e VAB do sector estimados com base na mesma estrutura de 1999 da subsecção DE - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão, entre 2000 e 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Produção Industrial (VAB do sector) e Índices de Emprego (Emprego do sector)

A produtividade do sector tem evoluído a uma taxa acima da média da economia nacional e da média da indústria transformadora, em termos reais, estimando-se que esta tendência se tenha acentuado nos anos mais recentes (*Figura 3.10*).

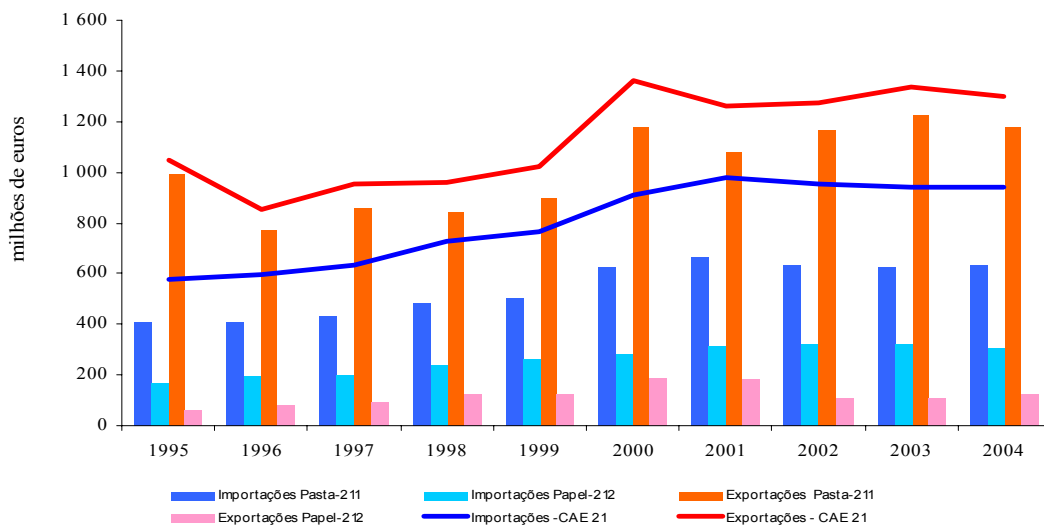
Figura 3.10
Produtividade real do Trabalho em Portugal
Pasta e Papel, Economia e Indústria



Fonte: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (Emprego e VAB do sector estimados com base na mesma estrutura de 1999 da subsecção DE - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão, entre 2000 e 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Produção Industrial (VAB do sector) e Índices de Emprego (Emprego do sector)

A evolução do comércio externo do sector da Pasta e de Papel tem tido um crescimento regular ao longo da última década, com uma taxa de cobertura das importações pelas exportações favorável, excepto no segmento dos artigos de papel e cartão: em 2004, 773,6% na pasta, 137,5% no papel e cartão não canelados e 123,2% no papel e cartão canelados e embalagens. De notar que, este último segmento, só desde 2003 apresenta uma taxa de cobertura superior a 100% (*Figura 3.11*).

Figura 3.11
Importações e Exportações do Sector da Pasta e Papel



Fonte: GEE/ BDCI com base em INE - Portugal.

O subsector da pasta, papel e seus artigos (CAE 211) tem, tradicionalmente, um peso superior ao de papel e cartão canelados e seus artigos (CAE 212). Nas exportações, em 2004, estes valores foram de 90,5% contra 9,5% respectivamente. Contudo, e sobretudo a partir de 2000, no subsector da pasta, papel e cartão, as exportações de papel e de cartão (CAE 2112) têm vindo a ganhar relevo – 61% do total do sector em 2004 –, face às exportações de pasta (CAE 2111) – 28,5% do total do sector nesse mesmo ano, reflectindo o esforço de integração vertical da produção. (ver Quadro 3.6)

Em 2004, os principais mercados de exportação do sector, foram a Espanha (23%) seguido da França (11,3%), Alemanha (14,9%), Holanda (8,7%) e Itália (8,2%).

Quanto às importações, Espanha foi o principal fornecedor nacional, com 49%, seguido da Alemanha com 9% e da Suécia e da França, ambas com 7,6%.

Quadro 3.6
“Exportação” de mercadorias - Pasta de papel e Papel
Peso das classes 2111 e 2112 e dos grupos 211 e 212 na divisão 21 da CAE

CAE	<i>valores em %</i>				
	2000	2001	2002	2003	2004
21 - Fab. de pasta, de papel e cartão e seus artigos	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
211 - Fab. de pasta, de papel e cartão (excepto canelado)	86.3	85.3	91.8	91.8	90.5
2111 - Fab. de pasta	42.8	36.7	32.4	28.8	28.5
2112 - Fab. de papel e de cartão (exc. canelado)	43.5	48.6	59.4	63.0	61.9
212 - Fab. de papel e cartão canelados; artigos de papel e cartão	13.7	14.7	8.2	8.2	9.5

Nota: “Exportação” – entendida como o somatório das expedições (Intra-UE) e das exportações (Extra-UE)
Fonte: GEE/ BDCI com base em INE – Portugal.

4. Perspectiva Regional

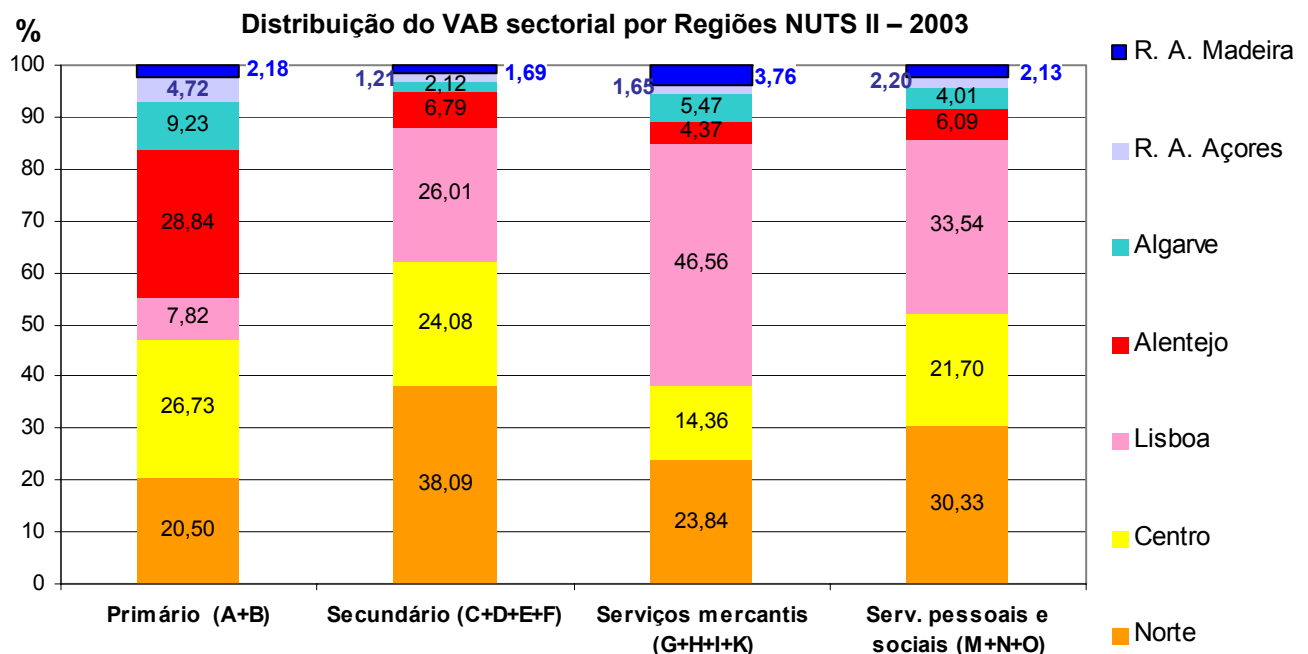
No último boletim foi apresentado um estudo da distribuição, por regiões, do VAB sectorial e da distribuição, por sectores, do VAB regional. Usou-se a classificação NUTS II para a divisão regional. A divisão dos sectores de actividade foi feita de acordo com a CAE rev.2, com agregação por tipos de actividade.¹ Reproduz-se essa análise nas figuras 4.1 e 4.2. No entanto, foram excluídas as secções J (Actividades Financeiras), L (Administração Pública) e P (Famílias com empregados domésticos), já que para estas actividades não está disponível o número de empresas, informação que se pretende acrescentar à análise.

É notória a forte concentração do sector primário nas regiões do Alentejo e do Centro (mais de metade do VAB nacional destas actividades é gerada nestas duas regiões), sendo também significativa a quota da região Norte (20,5%). O sector secundário tem maior expressão no Norte e o terciário na região de Lisboa (ver figura 4.1).

Em termos estritamente regionais (figura 4.2), o sector primário apenas tem um peso significativo no Alentejo, onde representa cerca de 19% do VAB da região. Por sua vez, no Norte e no Centro são as actividades do secundário que contribuem com mais de um terço para o produto regional e, com quase um terço, no Alentejo.

Os serviços mercantis representam mais de metade do VAB regional em Lisboa, no Algarve e na Madeira. Por sua vez, os serviços não mercantis representam menos de um quarto da produção em todas as regiões NUTS II, com excepção dos Açores (25,4% do VAB regional).

Figura 4.1

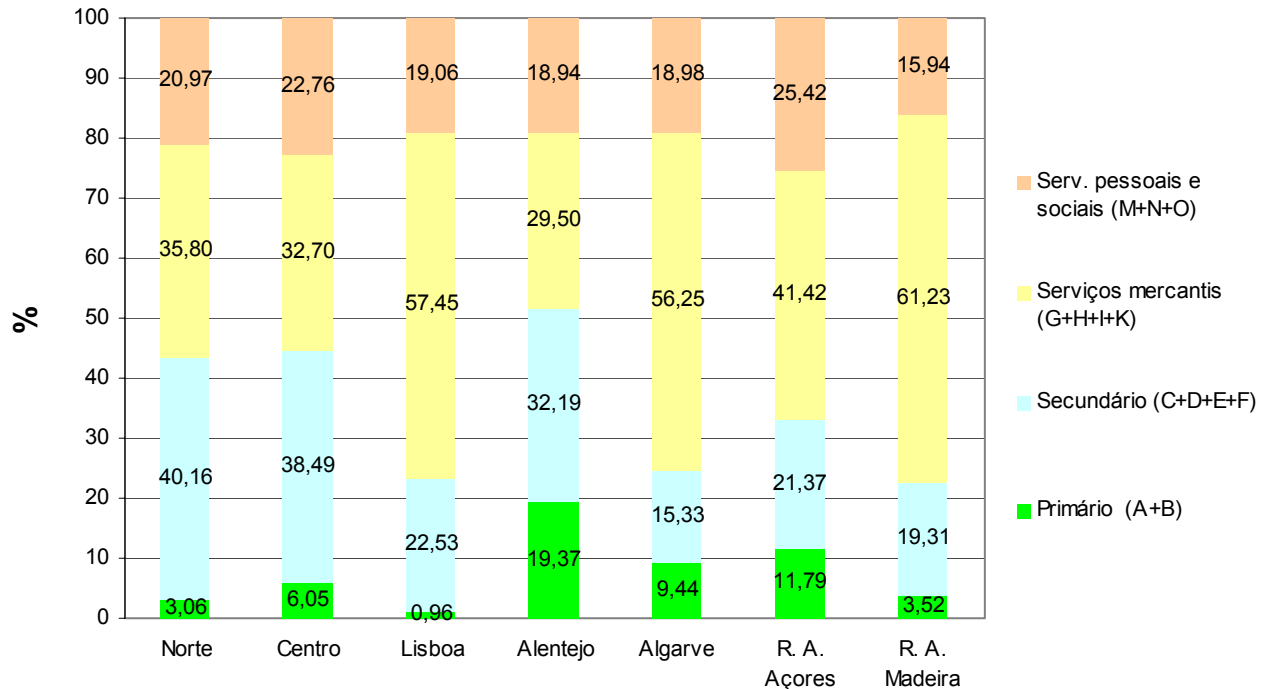


Fonte: INE, Contas Regionais (SEC95)

¹ Consideram-se, aqui, os sectores da CAE rev.2, agregados por tipo de actividades: Primárias (A– Agricultura e B– Pescas), Secundárias (C– Indústria Extractiva, D– Indústria Transformadora, E– Electricidade, Gás e Água e F– Construção) e Terciárias, estas subdivididas em Serviços Mercantis (G– Comércio, H– Hotelaria e Restauração, I– Transportes e Comunicações, J– Actividades Financeiras, K– Actividades Imobiliárias e Serviços Prestados às Empresas) e Serviços não Mercantis (M– Educação, N– Saúde, O– Outros Serviços Sociais).

Figura 4.2

Estrutura do VAB nas Regiões NUTS II, por sectores de actividade - 2003



Fonte: INE, Contas Regionais (SEC95)

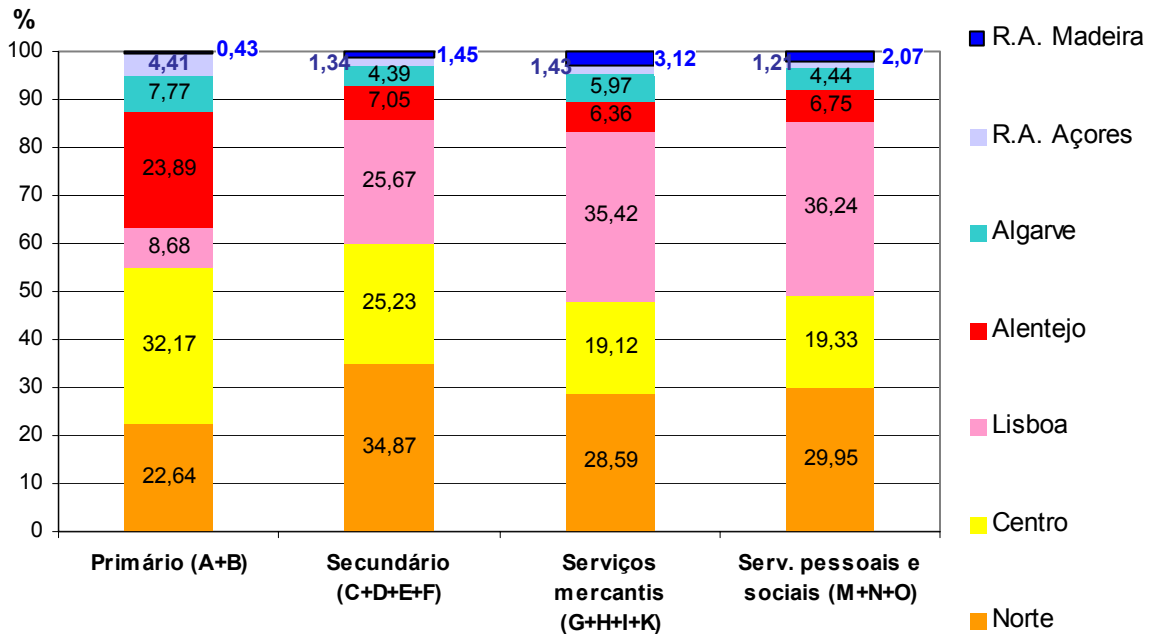
Fazendo, agora, o mesmo exercício com o número de empresas existentes em cada sector e em cada região, verificamos que (figura 4.3): (i) cerca de um terço das empresas do sector primário estão situadas na região Centro, (ii) cerca de um terço das empresas do sector secundário estão situadas na região Norte, (iii) na região de Lisboa está mais de um terço das empresas de Serviços Mercantis e não Mercantis.

Comparando a distribuição do VAB sectorial com a do número de empresas existentes em cada sector e em cada região (figuras 4.1 e 4.3), os sectores que evidenciam mais contraste são o primário e o terciário (Serviços Mercantis).

No sector primário, é a região do Alentejo que tem maior peso no total do VAB, mas esse valor é criado por relativamente menos empresas que na região Centro: cerca de 24% das empresas do sector primário localizam-se no Alentejo, mas contribuem com quase 29% do VAB deste sector, enquanto que cerca de 32% das empresas se localizam na região Centro, mas apenas produzem cerca de 27% do VAB. É, pois, evidente a maior riqueza criada por cada empresa do sector primário na região do Alentejo, onde a estrutura de propriedade é de maior dimensão.

No sector dos Serviços Mercantis, a região de Lisboa contribui com cerca de 47% do VAB, logo seguida da região Norte (cerca de 24%). No entanto, na região de Lisboa situam-se 35% das empresas do sector, enquanto no Norte se situam cerca de 29%. Assim, na região de Lisboa, no sector dos Serviços Mercantis, há menos empresas a produzir mais valor, indiciando uma maior dimensão relativa (em termos de VAB) dessas empresas. O sector dos Serviços Pessoais e Sociais é aquele que mostra uma distribuição regional do VAB menos assimétrica, sendo no entanto, aquele em que o número de empresas está mais concentrado na região de Lisboa.

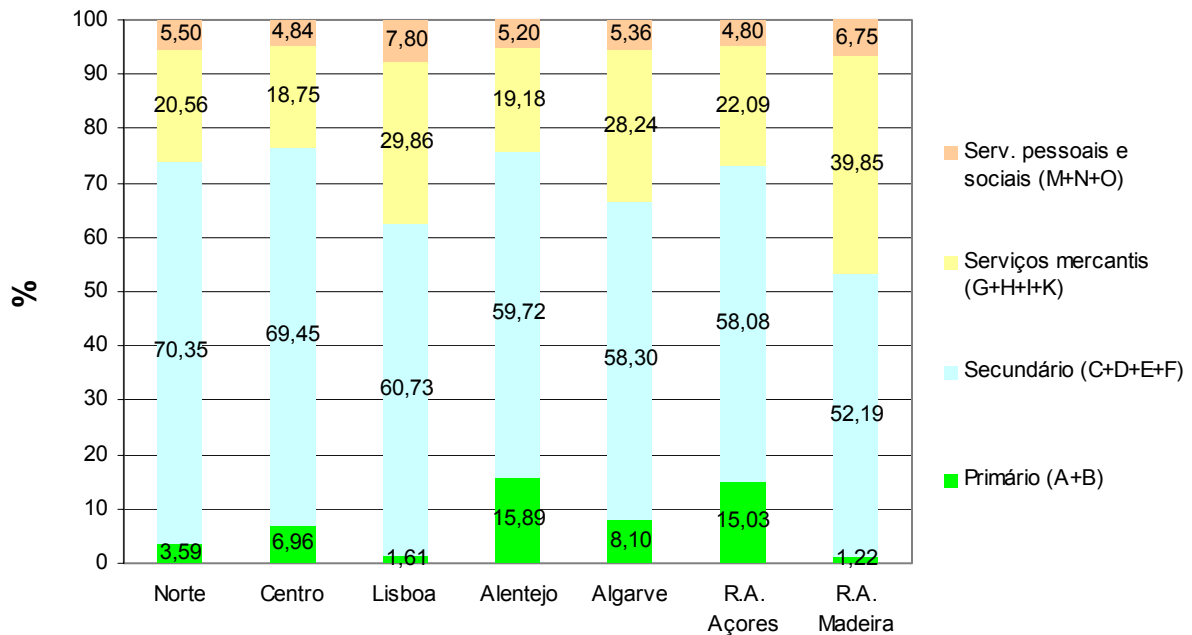
Figura 4.3
Distribuição do número de empresas em cada sector de actividade
por Regiões NUTS II – 2003



Fonte: INE, Estatísticas das Empresas (2003)

Atentando, agora, na distribuição sectorial em cada região (figura 4.4), verifica-se que em todas as regiões mais de metade das empresas pertencem ao sector secundário (Indústria, Energia e Construção), atingido os 70% no Norte e Centro. No entanto, não contribuem com mais de 40% do VAB nessas regiões.

Figura 4.4
Distribuição do número de empresas em cada Região NUTS II
por sector de actividade



Fonte: INE, Estatísticas das Empresas (2003)

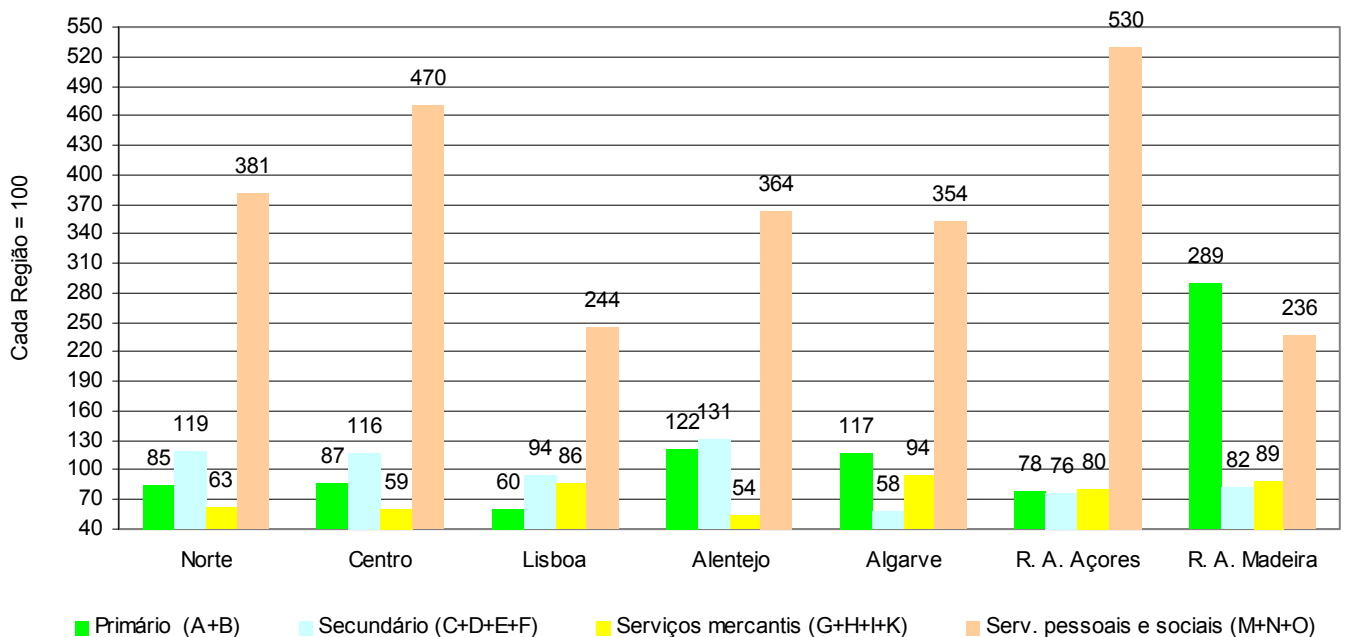
Ainda na região Norte, cerca de 21% das empresas são prestadoras de serviços mercantis e contribuem com cerca de 36% do VAB nessa região. Assim, podemos concluir que as empresas do sector secundário estão a produzir, em média, muito menos riqueza relativamente às empresas do sector dos Serviços Mercantis. Este padrão repete-se ao longo de todas as regiões NUTS II: em todas, o relativamente maior número de empresas do sector secundário produz relativamente menor VAB, quando se compara com o sector dos serviços, na mesma região.

Esta análise é confirmada pela distribuição regional do VAB/Empresa, medindo a *dimensão média das empresas em termos de VAB gerado* (figura 4.5). Efectivamente, excepto na Madeira, as empresas do sector dos serviços mercantis produzem relativamente mais riqueza que todas as outras, dentro de cada região. Tomando, então, esse indicador, como a “dimensão” média das empresas, pode dizer-se que as empresas de serviços mercantis são relativamente “maiores” que todas as outras, e muito “maiores” que a média em cada região (valor 100).

Figura 4.5

VAB/Empresa

Índices de disparidade intra-regional por sector de actividade e região 2003



Fonte: INE, Contas Nacionais (SEC95) e Estatísticas das Empresas (2003)

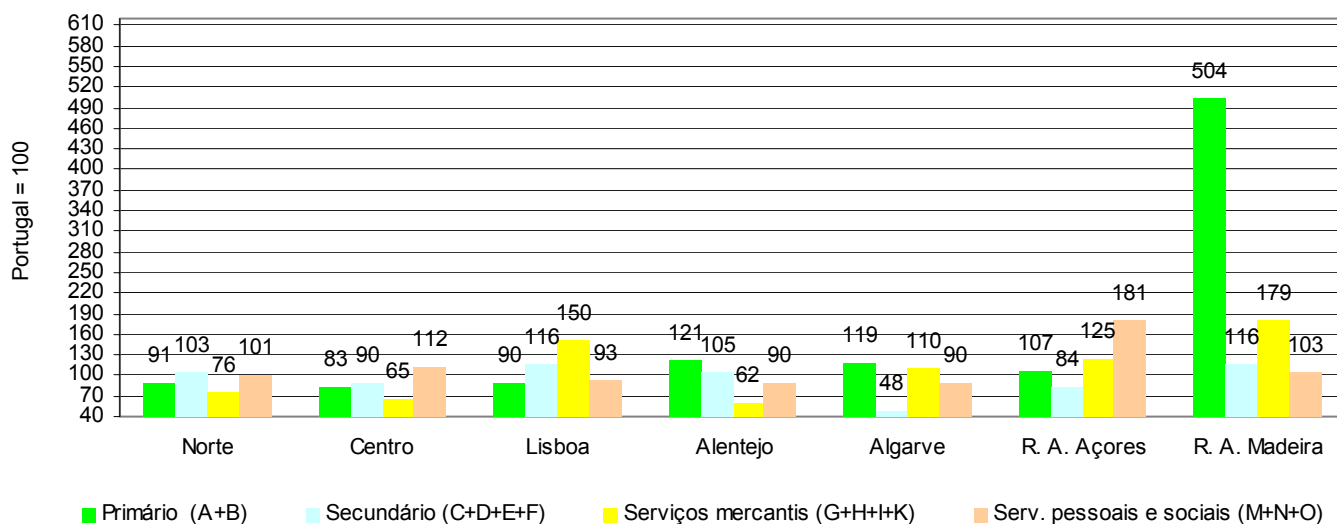
A excepção verifica-se na Região Autónoma da Madeira, onde são as empresas do sector primário que apresentam maior “dimensão” relativa, tanto em relação às outras empresas da região (figura 4.5), como também em relação às outras empresas do mesmo sector a nível nacional (figura 4.6, índice com o valor 504, isto é, uma “dimensão” 5 vezes maior em relação à média nacional do sector).

Quando se analisa a relação entre a “dimensão” das empresas de sectores homólogos entre regiões relativamente à média nacional (figura 4.6), verifica-se que na Região Autónoma da Madeira, as empresas do sector dos serviços mercantis são as que têm maior “dimensão” em relação à média nacional do sector, logo seguida da região de Lisboa. Para além disso, note-se que é na Região da Madeira que as empresas produzem relativamente mais VAB sectorial, em relação à média nacional, excepção feita para as empresas do sector dos Serviços Pessoais e Sociais.

Figura 4.6

VAB/Empresa

Índices de disparidade inter-regional por sector de actividade e por região 2003



Fonte: INE, Contas Nacionais (SEC95) e Estatísticas das Empresas (2003)

5. Competitividade

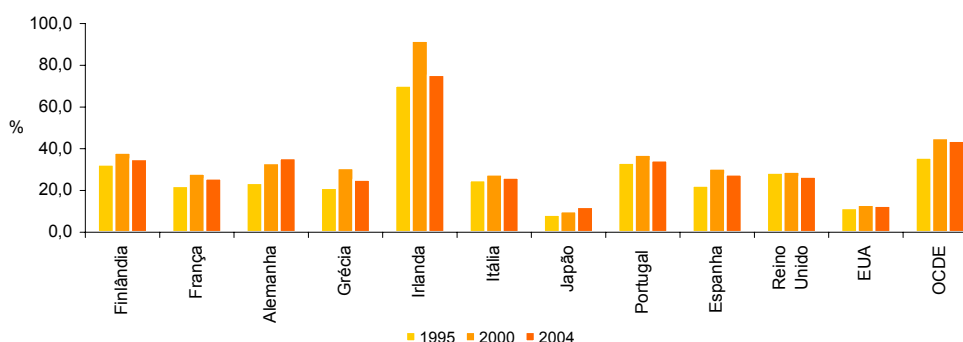
O tema da globalização económica tem sido amplamente trabalhado e aprofundado pela OCDE, nomeadamente, através da construção de indicadores que reflectem a crescente internacionalização dos mercados de bens e serviços, do sistema financeiro, das empresas e sectores económicos e da tecnologia e da concorrência.

Com base na publicação da OCDE, *OECD Factbook 2006 – Economic, Environmental and Social Statistics*, seleccionaram-se 5 indicadores de globalização económica e enquadrados na vertente do comércio internacional de bens e serviços. Em relação a cada indicador é apresentada a evolução, entre 1995 e 2003/2004, para alguns países da UE, para os EUA, o Japão e a OCDE.

5.1 Comércio Internacional de Bens e Serviços

Uma maneira de medir a importância do comércio internacional é através do peso do comércio no PIB. Na análise a nível de países é necessário ter em conta alguns factores que podem explicar o maior ou menor “grau de abertura ao comércio”, como é o caso da política comercial, da dimensão e localização geográfica, da estrutura da economia e da presença de empresas multinacionais.

Figura 5.1
Comércio Internacional de Bens e Serviços em % do PIB



Fonte: OECD Factbook 2006 - Economic, Environmental and Social Statistics

A Figura 5.1 apresenta a evolução do rácio do comércio internacional (importação + exportação) de bens e serviços em % do PIB, assistindo-se, entre 1995 e 2004, a um acréscimo dos níveis de abertura em todos os países, com excepção do Reino Unido. Contudo, deve-se referir que o grau de abertura ao exterior em 2004 regrediu face a 2000, na generalidade dos países, com excepção da Alemanha e do Japão, onde aumentou sempre.

Do conjunto de países seleccionados, verifica-se que a Irlanda apresentou o rácio mais elevado em 2004 (75,5%), tendo atingido os 91,8% em 2000. Um dos factores explicativos desta performance poderá ser a presença significativa de empresas multinacionais na

economia, o que levou a um maior comércio intra-empresas. Em 2004, o rácio para Portugal era de 34,5%, contra 37,2% em 2000.

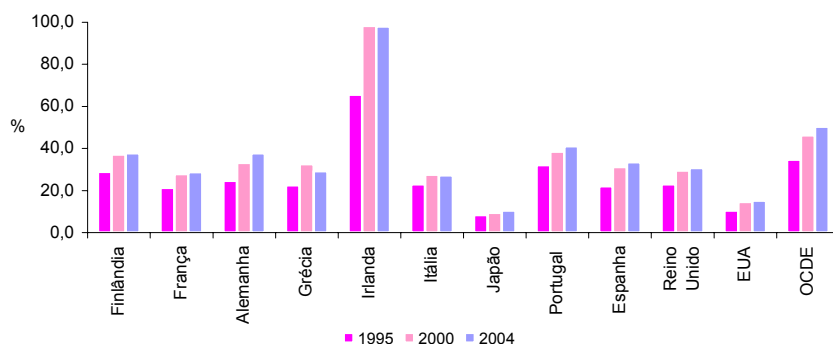
Em 2004, Portugal ocupava a 19ª posição entre os 30 países da OCDE.

5.2 Penetração das Importações de Bens e Serviços

A taxa de penetração das importações, medida pelo rácio entre o valor das importações e a procura interna total, mostra até que ponto a procura de bens e serviços está a ser satisfeita por produtores estrangeiros em detrimento da produção interna. O comportamento deste indicador, por vezes interpretado como reflectindo as políticas de protecção comercial, é na realidade influenciado também por outros factores de natureza idêntica aos enunciados para o indicador do ponto 5.1.

A taxa de penetração das importações de bens e serviços (Figura 5.2), entre 1995 e 2004, aumentou de forma continuada na generalidade dos países, com excepção da Grécia.

Figura 5.2
Taxa de Penetração das Importações de Bens e Serviços (%)



Fonte: OECD Factbook 2006 - Economic, Environmental and Social Statistics

De entre o grupo de países considerados, Portugal revelava uma taxa de penetração das importações de 41,1% em 2004, abaixo da média da OCDE (50,3%) e muito distanciada da Irlanda, que tinha o valor mais elevado (98% em 2004).

Em 2004, Portugal ocupava a 14ª posição no ranking de 30 países da OCDE.

5.3 Exportações de Alta, Média Alta e Baixa Tecnologia

De acordo com a OCDE, as exportações intensivas em tecnologia e, especialmente, as de alta tecnologia, contribuíram largamente para o crescimento do comércio na última década.

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

A OCDE classifica a intensidade tecnológica das exportações em quatro níveis (alta, média alta, média baixa e baixa), tendo por base as despesas em I&D das diferentes indústrias que produzem bens para exportar. No Quadro 5.1 são identificados os indicadores de exportações de alta, média alta, e baixa tecnologia,¹ calculados em relação ao total das exportações da indústria transformadora.

Da análise do Quadro 5.1, podem retirar-se alguns comentários:

- ♦ No que se refere às exportações de alta tecnologia, a totalidade dos países considerados registaram evoluções positivas entre 1995 e 2003, com exceção do Japão. Na média alta tecnologia, só a Finlândia, a Alemanha, a Espanha e os EUA revelaram crescimentos negativos entre 1995 e 2003, ainda que inferiores a 1 p.p.. Em termos de baixa tecnologia, todos os países apresentaram decréscimos entre 1995 e 2003.
- ♦ A Irlanda é o país que detinha, em simultâneo, a maior taxa de exportações de alta tecnologia em % da IT (53,6%), o maior crescimento em p.p. de 1995 a 2003 (12,9%) e o maior peso da alta tecnologia no conjunto das três componentes, com 55,0% em 2003. Em contrapartida, registou a maior queda (-19,3 p.p.) entre 1995 e 2003 no rácio das exportações de baixa tecnologia.
- ♦ Entre 1995 e 2003, Portugal aumentou a taxa de exportações de alta tecnologia em 3,7 p.p. (11,8% em 2003), e diminuiu em 10,7 p.p. a taxa de exportações de baixa tecnologia (41,8% em 2003), componente que pesava ainda 49,5 % em 2003.
- ♦ Considerando o número de ordem no conjunto dos 29 países da OCDE, em 2003, Portugal ocupava o 22º lugar nas exportações de alta tecnologia, o 19º na média alta tecnologia e o 5º na baixa tecnologia. Neste último indicador, Portugal estava entre a Grécia, que detinha o 4º lugar, e a Dinamarca com o 6º. A Irlanda era o país melhor posicionado nas exportações de alta tecnologia e o Japão na média alta tecnologia.

¹ Únicos dados disponibilizados pela OCDE na publicação de referência.

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 5.1
Exportações de Alta, Média Alta e Baixa Tecnologia em % do total das Exportações da Indústria Transformadora

	Alta Tecnologia (e.g. aeroespacial, computadores e farmacêuticas)				Média Alta Tecnologia (e.g. automóvel, equipamento eléctrico e grande parte das químicas)				Baixa Tecnologia (e.g. têxteis, vestuário e calçado)			
	Ranking 2003 (nº de ordem em 29 países)	Exportações 2003 em % da IT	Evolução 1995-2003 em p.p.	Peso no total das 3 componentes em 2003 (%)	Ranking 2003 (nº de ordem em 29 países)	Exportações 2003 em % da IT	Evolução 1995-2003 em p.p.	Peso no total das 3 componentes em 2003 (%)	Ranking 2003 (nº de ordem em 29 países)	Exportações 2003 em % da IT	Evolução 1995-2003 em p.p.	Peso no total das 3 componentes em 2003 (%)
Finlândia	10	24,0	9,0	30,4	25	24,5	-0,7	31,1	9	30,4	-10,5	38,5
França	11	22,5	3,1	26,5	9	42,1	1,9	49,7	17	20,2	-3,6	23,8
Alemanha	15	19,1	3,9	22,4	2	52,5	-0,4	61,5	25	13,8	-2,2	16,2
Grécia	18	12,5	8,1	17,6	27	16,5	4,3	23,3	4	41,8	-12,6	59,0
Irlanda	1	53,6	12,9	55,0	20	30,3	9,0	31,1	26	13,5	-19,3	13,9
Itália	23	11,0	1,2	13,6	12	39,8	1,2	49,1	10	30,2	-2,5	37,3
Japão	8	28,9	-2,9	32,8	1	54,2	3,7	61,4	29	5,1	-0,1	5,8
Portugal	21	11,8	3,7	14,0	19	30,9	5,1	36,6	5	41,8	-10,7	49,5
Espanha	24	10,8	2,1	13,4	4	47,0	-0,4	58,0	14	23,2	-0,1	28,6
Reino Unido	5	34,7	6,2	40,1	16	36,6	0,0	42,3	23	15,2	-2,4	17,6
EUA	4	35,8	3,2	40,2	13	38,8	-0,9	43,6	24	14,4	-2,6	16,2
UE15 ¹		22,1	5,1	26,2		41,8	0,7	49,5		20,5	-4,0	24,3
OCDE ²		24,5	3,3	28,8		42,1	0,3	49,5		18,5	-2,6	21,7

Fonte: GEE, com base em OECD Factbook 2006 - Economic, Environmental and Social Statistics

Notas: 1. Exclui o Luxemburgo; 2. Exclui a República Checa, a Coreia, o Luxemburgo e a Eslováquia.

6. Agenda

6.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa – Simplex 2006	<p>O Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa – Simplex 2006 foi apresentado, em 27 de Março, pelo Primeiro Ministro sendo o resultado do empenhamento de vários organismos de todos os Ministérios. Este Programa visa:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Serviços mais simples e mais rápidos para o cidadão e para as empresas▪ Uma Administração Pública mais eficiente▪ Contribuir positivamente para a competitividade de Portugal, reduzindo os custos de contexto para a actividade económica <p>O Programa Simplex engloba 333 medidas em seis áreas: eliminação de certidões; eliminação de papel ou desmaterialização; simplificação; desregulamentação; facilitação do acesso aos serviços públicos; e consolidação de regimes jurídicos.</p>
Sistema Judicial Nacional	<p>O Conselho de Ministros, de 2006-04-06, aprovou os seguintes diplomas:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Proposta de Lei que autoriza o Governo a alterar o regime dos recursos em processo civil, o regime dos conflitos de competência e a competência dos julgados de paz. <p>A referida Proposta de Lei visa alterar o regime jurídico dos recursos cíveis com dois objectivos principais: (i) a simplificação e a (ii) racionalização do sistema de recursos, tendo em vista, em conjunto com outras medidas que o Governo tem tomado, obter uma maior celeridade da Justiça.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Decreto-Lei que procede à criação de um regime processual civil de natureza experimental, aplicável às acções declarativas entradas, a partir de 16 de Outubro de 2006, em tribunais a determinar por portaria do Ministro da Justiça. <p>Este Decreto-Lei, cria um regime processual civil experimental, a aplicar em tribunais a determinar, que visa: (i) a simplificação da tramitação do processo civil, reduzindo os excessivos formalismos hoje existentes, designadamente através da valorização do juiz enquanto responsável pela condução do processo; (ii) a criação de mecanismos processuais para lidar especialmente com a litigância padronizada de massa relativa a acções para cobrança de dívidas, que hoje se verifica no sistema judicial.</p>
Normas de Concorrência	<p>Foi aprovado no Conselho de Ministros, de 2006-04-06, a Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico da dispensa e da atenuação especial da</p>

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Iniciativa	Sumário
	<p>coima em processos de contra-ordenação por infracção às normas nacionais e comunitárias de concorrência</p> <p>Com esta Proposta de Lei, a submeter à Assembleia da República, visa-se a detecção e eliminação dos acordos horizontais entre empresas, comumente designados «cartéis», através da concessão de um tratamento favorável às empresas que cooperem com a autoridade nacional da concorrência na investigação, prova e sanção de tais acordos.</p>
<i>Estratégia Nacional para a Energia</i>	<p>O Conselho de Ministros, reunido a 2006-04-13, aprovou o Decreto-Lei que estabelece os princípios de alocação dos custos resultantes da remuneração da produção de electricidade</p> <p>Este Decreto-Lei visa a operacionalização dos objectivos de promoção da competitividade e da eficiência energética previstos na Resolução que aprovou a Estratégia Nacional para a Energia criando condições de sustentabilidade ao desenvolvimento das fontes renováveis de energia, sem penalizar a competitividade da indústria portuguesa.</p> <p>Assim, a diferença de custos relativamente ao custo médio da produção de electricidade no Continente, será alocada aos diferentes sectores de actividade económica, segundo critério baseado no consumo e no número de clientes em cada um dos referidos sectores.</p> <p>O diploma prevê isenções para os clientes com menor consumo, associado a menor potência instalada (até 2,3 kVA).</p>
<i>Modernização da Administração Pública</i>	<p>O Conselho de Ministros, de 2006-04-13, aprovou a Resolução que determina a criação de um serviço público que permita a realização voluntária de comunicações entre a Administração Pública, os cidadãos e as empresas, através do envio por correio electrónico e para uma Caixa Postal Electrónica nominal.</p> <p>Esta Resolução visa simplificar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e às empresas. Pretende-se, estabelecer um regime de comunicações electrónicas entre o Estado, os cidadãos e as empresas que, integrado com a tradicional correspondência por via postal, contribua para a facilidade, rapidez e eficiência das comunicações entre estes intervenientes, potenciando-se ainda a possibilidade de os particulares utilizarem esse regime no âmbito das relações contratuais que estabeleçam com outras entidades privadas prestadoras de serviços.</p>
<i>Grandes Opções do Plano (GOP) para 2007</i>	<p>A Proposta das Grandes Opções do Plano (GOP) para 2007 foram aprovadas, na generalidade, no Conselho de Ministros de 2006-04-27, e serão submetidas à consideração do Conselho Económico e Social e, posteriormente, da Assembleia da República.</p>

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

6.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<i>Sistema Nacional de Certificação Energética</i> Decreto-Lei n.º 78/2006 - I Série A n.º 67, de 4/04	Aprova o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios. O sistema agora aprovado abrangerá, de forma faseada, em função da sua tipologia e dimensão, todos os edifícios habitacionais e de serviços. A sua aplicação prática terá início em 2007, abrangendo nesse ano os grandes edifícios residenciais e de serviços a construir. Os edifícios residenciais existentes, cujos proprietários deverão possuir um certificado informativo sobre os consumos energéticos esperados, para efeitos de venda, locação e arrendamento, só serão abrangidos a partir de 2009. O Certificado de Desempenho Energético tem como finalidade: - Para os edifícios residenciais, informar os proprietários, compradores e arrendatários sobre a eficiência energética e os consumos de energia esperados numa utilização normal do edifício, bem como, das medidas de melhoria de desempenho, com viabilidade económica, que o proprietário pode implementar para reduzir as suas despesas energéticas; - Para os edifícios de serviços, para além de informar sobre o desempenho energético do edifício, assegurar aos utentes que o edifício reúne condições para garantir uma adequada qualidade do ar interior. As medidas previstas neste Decreto-Lei materializam, no que respeita aos edifícios, as orientações políticas sobre eficiência energética assumidas na Estratégia Nacional para a Energia. Com o presente diploma resulta parcialmente transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios
<i>Licenças de Emissão / Novas Instalações</i> Portaria n.º 387/2006 - I Série B n.º 79, de 21/04	Estabelece as regras para atribuição de licenças de emissão a novas instalações. Esta atribuição é realizada a título gratuito, com base nas emissões previstas até ao fim do período de mercado em curso. Para efeito de atribuição de licenças equiparam-se a novas instalações as alterações efectuadas às instalações existentes que originem um aumento da capacidade de produção ou uma alteração da natureza ou do funcionamento da instalação. Os operadores das novas instalações devem, simultaneamente com o pedido de licenciamento da actividade submeter a informação necessária para cálculo das emissões futuras.
<i>Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006 - I Série B n.º 79, de 21/04	Aprova o Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado - (PRACE). Da presente Resolução constam as orientações gerais e especiais para a reestruturação dos ministérios tendo por objectivo a qualidade dos serviços públicos, ganhos de eficiência e racionalização de recursos.
<i>Plano Nacional de Acção para a Inclusão</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2006 - I Série B n.º 81, de 26/04	Determina a elaboração, até ao próximo mês de Setembro, do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 e define as suas estruturas de elaboração e acompanhamento
<i>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006 - I Série B n.º 82, de 27/04	Aprova, para efeitos de discussão pública, a proposta técnica do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Trata-se de um documento de natureza estratégica global através do qual se pretende fazer a articulação entre as políticas de ordenamento do território e do desenvolvimento económico e social. O PNPOT contempla as orientações essenciais a um modelo de organização espacial que terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas de interesse nacional em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais. O PNPOT constitui-se também como instrumento decisivo na definição do quadro de referência estratégico para as diversas intervenções com impacte territorial relevante, incluindo as que virão a ser consideradas nos Programas Operacionais para o período de 2007/2013. O PNPOT consagra um programa de políticas orientadas para seis objectivos estratégicos: 1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural e utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos; 2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global; 3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; 4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Assunto Diploma	Sumário
	equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social; 5. Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública; 6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

6.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
Conselho ECOFIN	Bruxelas	5 Mai_2006
Conselho da Competitividade	Bruxelas	29 - 30 Mai_2006